

com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foi nomeado em regime de comissão de serviço por um período de 3 anos, eventualmente renovável, com precedência de procedimento concursal por urgente conveniência de serviço, com efeitos a 25 de Maio de 2009, nos termos do disposto nos números 8 e 9 do artigo 21.º do referido diploma legal, Maria da Cruz Ramos, no cargo de Chefe de Divisão de Rede Viária.

Nota curricular:

Curriculo Académico —

Curso de Especialização em Engenharia Municipal, opção Saneamento Básico, pela Universidade do Minho, em 30 de Julho de 2004, com a classificação de 14 valores; curso de Especialização em Engenharia Municipal, opção de Planeamento, pela Universidade do Minho, em 7 de Julho de 2003, com a classificação de 14 valores.

Licenciatura em Engenharia Civil, em 21 de Julho de 2000, pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto, com a classificação final de 13 valores; Bacharelato em Engenharia Civil em 12 de Outubro de 1998 pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto, com a classificação final de doze valores.

Curriculo profissional —

Experiência profissional:

Nomeada Técnica Superior de 1.ª Classe a 19 de Dezembro de 2007 na Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Nomeada Técnica Superior de 2.ª classe, por reclassificação profissional, em 4 de Dezembro de 2003, na Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Ingressou no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Viana do Castelo como Técnica Profissional de 2.ª Classe — Desenhadora, em 2 de Janeiro de 1994.

Exerceu funções anteriormente à entrada no quadro de pessoal, como Técnica Auxiliar de Construção Civil, no Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Viana do Castelo, entre Julho de 1993 e Janeiro de 1994. Exerceu funções como Desenhadora, no Departamento de Urbanismo, na Divisão de Estudos e Projectos da Câmara Municipal de Viana do Castelo, entre Julho de 1992 e Julho de 1993.

Exerceu funções no sector privado entre 1985 e Julho de 1992.

No exercício das suas funções ao serviço da Câmara Municipal de Viana do Castelo, elaborou e coordenou projectos de sinalização rodoviária, vertical e ou horizontal, em diferentes arruamentos da cidade de Viana do Castelo; elaborou o projecto de arquitectura e estabilidade e betão armado de abrigos de passageiros. Elaboração de levantamentos topográficos, projectos de arquitectura e engenharia, da autoria ou supervisão da Câmara Municipal de Viana do Castelo, execução de levantamentos de arquitectura, colaboração na elaboração e organização de processos de candidatura a fundos estatais e comunitários (Prosiurb, Pronorte); organização do arquivo do sector de desenho da Câmara Municipal de Viana do Castelo, concepção e organização de exposições; colaboração na elaboração e organização de processos de concursos públicos; Centro de Informação Geográfica da Câmara Municipal de Viana do Castelo — digitalização de todo o PDM, de levantamentos topográficos; entre outros.

Na Divisão de Vias e Transportes, organização de processos para concursos de obras públicas; fiscalização e direcção técnica de obras públicas; elaboração dos autos de medição, estudos de mobilidade; estudos e projectos de sinalização, elaboração de projectos de arranjos urbanísticos, análise de propostas de concursos, elaboração do cadastro da sinalização de trânsito, dimensionamento e drenagem de pavimentos rodoviários, planeamento, projecto e implementação de alterações ao trânsito na cidade, entre outros.

Frequência de acções de formação e seminários dos quais se destacam os seguintes: Participação na palestra “Análise Estrutural pelo Métodos dos Elementos Finitos”, pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto Curso “Técnicas de Segurança”, pela VALIMAR e Quadros & Metas; Curso “Medição e Orçamentação”, pela VALIMAR e Quadros & Metas; Curso “Iniciação ao Cypecad Espacial”, pela TOP-Informática, LDA; Curso “Actualização em Autocad 3D”, pela VALIMAR e Quadros & Metas; participação “Sismos e Acidentes Estruturais”, pela IDT; participação no Seminário “Novos Caminhos para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho”, pela AIMinho; Curso “GO-M Qualidade” pela VALIMAR; participação no “2.º Colóquio Internacional sobre Segurança e Higiene do Trabalho”, pela FEUP; participação no Seminário “Contra o Stresse no Trabalho, Trabalhe Contra Stress” pelo Instituto Politécnico de Bragança; Curso “Formação de Técnicos Superiores de Segurança e Higiene no Trabalho” pela CECO saúde; Curso “Rotundas. Cálculo e Dimensionamento”, PRP; participação no “3.º Colóquio Internacional sobre Segurança e Higiene do Trabalho”, pela FEUP; Curso “Regime Jurídico de Empreitadas e Obras Públicas” pela VALIMAR; Acção formação “Peritos Avaliadores”, pela Direcção-Geral de Finanças de Braga; participação no Seminário “Auditorias de Segurança Rodovi-

ária”, pelo LNEC; participação Seminário “Auditorias de Segurança Rodoviária”, pela PRP; participação no Seminário “Segurança rodoviária em Portugal”, pela Exponor; participação na Acção formação / Sensibilização “Acessibilidade”, pela Câmara Municipal de Viana do Castelo; Curso: “Primeiros Socorros para Operários e Pessoal de Armazém”; Curso “Formação Novo Código dos Contratos Públicos”, pela VALIMAR; Acção de Formação “Língua Gestual”, pela Câmara Municipal de Viana do Castelo; Curso “Access” pela VALIMAR; Curso “Autocad 3D” pela VALIMAR

Outras actividades

Perita avaliadora credenciada pelo Ministério das Finanças / Direcção-geral de Impostos.

Membro do núcleo de acompanhamento das competências previstas nos artigos 14.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 161/06, de 08 de Agosto, conforme acórdão em Câmara de 26 de Abril de 2007 (Câmara Municipal de Viana do Castelo).

A nomeada deverá assinar o respectivo termo de posse no prazo legal de 20 dias contado a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Processo isento de visto prévio do Tribunal de Contas).

4 de Junho de 2009. — A Vereadora de Recursos Humanos, Ana Margarida Ferreira da Silva.

301889183

#### Aviso n.º 11169/2009

#### Procedimento concursal de selecção para provimento de cargo de Direcção Intermédia de 1.º grau — Director de Departamento de Administração Geral

Em cumprimento do uso do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, bem como o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho:

Torna-se público que por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 2 de Junho de 2009, proferido ao abrigo da competência conferida pelo n.º 8, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foi nomeado em regime de comissão de serviço por um período de 3 anos, eventualmente renovável, com precedência de procedimento concursal por urgente conveniência de serviço, com efeitos a 5 de Junho de 2009, nos termos do disposto nos números 8 e 9 do artigo 21.º do referido diploma legal, Luís Filipe Neiva Marques, no cargo de Director de Departamento de Administração Geral.

Nota curricular:

Curriculo Académico —

Curso de Pós-Graduação em Contencioso Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

Aprovação na fase lectiva do mestrado em ciência Jurídico — Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e frequência da fase de investigação científica subordinada ao tema “Os danos sinérgicos — Titularidade do direito ao ressarcimento no quadro do Direito do Ambiente Português”.

Licenciatura em Direito, pela Universidade Católica Portuguesa em 23 de Julho de 1985 com a classificação final de 14 valores.

Curriculo profissional —

Experiência profissional:

Cargos dirigentes:

Nomeado Director de Departamento de Administração Geral, em regime de substituição, desde 28 de Abril de 2008.

Nomeado Director de Departamento da Administração Geral, em regime de comissão de serviço, em 2 de Maio de 2000, Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Nomeado Director de Departamento Administrativo e Financeiro, em Dezembro de 1993, Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Nomeado Chefe de Divisão Administrativa entre 19 de Janeiro de 1988 e Dezembro de 1993, na Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Carreira de origem:

Técnico Superior Assessor Principal desde 27 de Novembro de 1999 (último posicionamento na carreira de origem).

Ingresso na carreira Técnica Superior, como Técnico Superior — Direito, em 27 de Novembro de 1987, quadro de pessoal da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Exercício de advocacia entre Outubro de 1985 e Novembro de 1987.

Autor de três “papers” apresentados durante a parte lectiva do Mestrado, subordinados aos temas: “Jurisprudencialização da Administração ou administrativização Jurisprudência (ou o problema do aprofunda-

mento da Democracia); “Titularidade do direito ao ressarcimento dos danos ambientais”; “Ciências Jurídicas Comparatísticas (ensaio sobre a dupla qualificação)”.

Frequência de acções de formação subordinadas à área do Direito e Administração, das quais se destacam:

“Novo Código dos Contratos Públicos”, VALIMAR, Viana do Castelo, Junho de 2008;

“Expropriações por Utilidade Pública”, Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, Santarém, Novembro de 2005;

“Definição de Linhas de Orientação e Elaboração da Documentação do Sistema de Gestão da Qualidade”, TECNIM, Braga;

“Jornada de Estudo Hispano-Portuguesa sobre Planeamento Urbano”, Janeiro de 1995, Universidade do Minho;

“A Gestão dos Recursos Humanos para a Qualidade Total”, Associação do Técnicos Administrativos Municipais, Santarém, Fevereiro de 1995;

“Notariado Privativo das Câmaras Municipais”, ATAM-Associação dos Técnicos Administrativos Municipais”, Setembro de 1994;

“Medidas Cautelares no Contencioso Administrativo”, Instituto de Gestão e Administração Pública”, Novembro de 1992;

“O Regime Jurídico de Pessoal na Administração Local”, Comissão de Coordenação da Região Norte, Porto, Dezembro de 1991;

“Orçamento e Prestação de Contas”, Direcção-Geral da Administração Pública, Outubro de 1989;

“O Concurso na Administração Pública”, Direcção-Geral da Administração Pública, Outubro de 1989;

Outras actividades:

Secretário das Reuniões do Executivo Municipal desde Setembro de 1989, bem como do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados (este último até Abril de 1995).

Notário Privativo e Juiz Auxiliar de Execuções Fiscais, Câmara Municipal de Viana do Castelo, desde Julho de 1989.

O nomeado deverá assinar o respectivo termo de posse no prazo legal de 20 dias contado a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Processo isento de visto prévio do Tribunal de Contas).

5 de Junho de 2009. — A Vereadora de Recursos Humanos, *Ana Margarida Ferreira da Silva*.

301889329

## CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DE REI

### Aviso n.º 11170/2009

Por despacho do Ex.<sup>mo</sup> Senhor Vice-Presidente, datado de 28 de Maio de 2009, pelo presente se torna público que, relativamente ao concurso de empreitada para “Beneficiação do caminho Rural entre as aldeias Abrunheiro Pequeno e Abrunheiro Grande”, publicado no D.R. n.º 96, de 19/05/2009, através do anúncio de procedimento n.º 2217/2009, foi revogada a decisão de contratar nos termos do n.º 2 do artigo 80.º, do Dec.-Lei n.º 18/2008, de 29/01, pelo que o respectivo procedimento se encontra anulado.

1 de Junho de 2009. — A Presidente da Câmara, *Maria Irene da Conceição Barata Joaquin*.

301888616

### Aviso n.º 11171/2009

**Procedimento concursal comum de recrutamento para constituição de relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para preenchimento de dois postos de trabalho de técnico superior da carreira técnica superior.**

1 — Para efeitos do disposto no artigo 50, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o artigo 4 e 19, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que por meu despacho de 4 de Junho de 2009, se encontra aberto procedimento concursal comum, na modalidade de relação de emprego público, por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento de dois postos de trabalho — Referências A e B) da carreira geral de Técnico Superior, previstos e não ocupados no mapa de pessoal da Autarquia.

Referência A — 1 Técnico Superior (Serviço Social)

Referência B — 1 Técnico Superior (Direito)

2 — Local de Trabalho: Situa-se na área do Município de Vila de Rei.

3 — Prazo de reserva de recrutamento: O procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos a que se refere o n.º 2, do artigo 40, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/1.

4 — Em cumprimento do n.º 4 do artigo 6, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro o recrutamento inicia-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

No caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por aplicação do disposto na alínea anterior, proceder-se-á ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego pública previamente estabelecida, conforme despacho da Sr.ª Presidente de 4 de Junho de 2009.

5 — Continua a verificar-se a não existência de reservas de recrutamento que permita satisfazer as características dos postos de trabalho a ocupar, uma vez que a mesma se encontra dispensada transitóriamente, a obrigatoriedade da consulta prévia a que se refere o n.º 1, do artigo 4, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, conforme documento que se encontra junto ao despacho autorizador de abertura do presente procedimento.

6 — Descrição sumária de funções — Funções constantes no anexo à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, referido no n.º 2, do artigo 49 da mesma Lei, às quais corresponde o grau 3 de complexidade funcional.

6.1 — Caracterização do posto de trabalho:

Referência A — Colaborar na resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades, provocados por causas de ordem social, física ou psicológica; Detectar necessidades dos indivíduos, grupos e comunidades; Detectar necessidades gerais de uma comunidade e participar na criação de serviços próprios para resolver; Auxiliar as famílias e outros grupos na resolução dos seus próprios problemas; Realizar estudos de carácter social e demais tarefas por determinação superior.

Referência B — Exercer com autonomia e responsabilidade funções de estudo, planeamento e concepção, elaborar pareceres e projectos e aplicar conhecimentos e métodos inerentes à sua qualificação profissional, correspondente ao grau de complexidade 3, nomeadamente as seguintes actividades: Realizar estudos e outros trabalhos de natureza jurídica e contenciosa conducentes à definição e concretização das políticas do Município; elaborar pareceres e informações sobre a interpretação e aplicação da legislação, bem como normas e regulamentos internos, recolher, tratar e difundir legislação, jurisprudência, doutrina e outra informação necessária ao serviço onde está integrado, podendo acompanhar processos judiciais, elaboração de informações e emissão de pareceres e demais tarefas por determinação superior.

7 — Nível habilitacional exigido:

Referência A: Licenciatura em Serviço Social

Referência B: Licenciatura em Direito

8 — Remuneração: O posicionamento dos trabalhadores recrutados numa das posições remuneratórias da categoria é objecto de negociação com o município de Vila de Rei e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal, não podendo a entidade pública propor a primeira posição remuneratória por se tratar de ocupação de postos de trabalho com a titularidade de licenciatura ou grau superior, em cumprimento do disposto no artigo 55 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o artigo 38 da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

9 — Requisitos Gerais de admissão, previstos no artigo 8, da Lei n.º 12-A/2008, de 27/2 (LVCR), são os seguintes:

- Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- 18 anos de idade completos;
- Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- Cumprimento das leis de vacinação obrigatória;

10 — Prazo de apresentação candidaturas — 10 dias úteis contados da data da publicitação no *Diário da República*.

11 — Forma de apresentação de candidatura — A apresentação da candidatura é efectuada em suporte de papel, designadamente através do preenchimento de formulário tipo, de utilização obrigatória (vide Despacho n.º 11321/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 8 de Maio de 2009, disponível no site [www.cm-viladere.pt](http://www.cm-viladere.pt) (Município; Serviços Camarários; Recursos Humanos), podendo o mesmo ser entregue pessoalmente na Secção de Pessoal ou remetido pelo correio,